



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2024

(n° 284/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 284

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

Brasília, 5 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e, cumulativamente, junto à República da Moldova, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, será removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RAFAEL DE MELLO VIDAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 400/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 24/06/2024, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5843198** e o código CRC **FB89F4CE** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003260/2024-11

SEI nº 5843198

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RAFAEL DE MELLO VIDAL

CPF: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1964

Dados Acadêmicos:

1987	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal - UniCeub
1991	Curso de Preparação para Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2011	LVI Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

Cargos:

1991	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2022	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-92	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEX), assistente
1992-95	Secretaria de Controle Orçamentário, assessor e subchefe
1995-98	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
1998-02	Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2002-03	Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD), assessor
2003-05	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (DMC), subchefe
2005-08	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-adjunto
2008-10	Embaixada em Caracas, conselheiro comissionado ministro-conselheiro
2010-13	Embaixada em Assunção, ministro-conselheiro
2013-16	Embaixada em Copenhague, ministro-conselheiro
2016-18	Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
2019-20	Embaixada em Bamako, embaixador
2020-	Embaixada em Luanda, embaixador

Publicações:

2010	"A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL", FUNAG, Brasília
------	---

Condecorações:

2010	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador
2012	Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador
2019	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2020	Medalha de Cavaleiro Ordem Nacional do Mali
2023	Medalha Tamandaré, Marinha do Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UCRÂNIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MAIO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ucrânia
CAPITAL	Kiev
ÁREA	603.628 km ²
POPULAÇÃO (ONU 2024)	37,8 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Ucraniano
CHEFE DE ESTADO	Presidente Volodymyr Zelensky (2019)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Denys Shmyhal (2020)
CHANCELER	Dmytro Kuleba (2020)
PIB (FMI 2023)	US\$ 157,2 bilhões (est.)
PIB PPP (FMI 2023)	US\$ 488,2 bilhões (est.)
PIB per capita (FMI 2023)	US\$ 5.337
PIB PPP per capita (FMI 2023)	US\$ 14.704
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2% (2024, est.); 5,0% (2023, est.); -29,1% (2022.); 3,4% (2021); -3,8% (2020); 3,2% (2019); 3,5% (2018); 2,4% (2017)
IDH (PNUD, 2021)	0,773 (77º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Grívnia
EMBAIXADOR EM KIEV	Norton de Andrade Mello Rapesta
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andrii Melnyk

INTERCÂMBIO BILATERAL (Fonte: MDIC, US\$ milhões FOB)

Brasil– Ucrânia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-abril)
Intercâmbio	791,1	293,5	147,9	132,5	153,9	178,8	216,9	208,7	438,3	140,6	59,1	31,5
Exportações	483,0	151,1	84,6	101,0	129,4	118,5	111,0	137,2	226,9	89,6	37,8	18,6
Importações	308,0	142,3	63,3	31,4	24,4	60,3	105,9	71,5	211,4	51,0	21,3	12,9
Saldo	175,0	8,7	21,2	69,6	104,9	58,2	5,1	65,7	15,5	38,6	16,5	5,7

- **Exportações (2023):** amendoins (41%), máquinas e suas partes (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5%).
- **Importações (2023):** medicamentos (22%), equipamento de distribuição de energia elétrica (20%), tubos, canos e mangueiras (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Volodymyr Zelensky **Presidente da Ucrânia**



Volodymyr Zelensky nasceu em 25/01/1978 (46 anos), em Kryvyi Rih, no sul da Ucrânia. Formou-se em Direito pela Universidade Nacional. Em 2003, fundou o Studio Kvartal 95, companhia artística que se tornou uma das mais bem-sucedidas empresas de entretenimento do país.

Em 2011, tornou-se diretor-geral de produção do canal de televisão Inter TV. Em 2015, protagonizou a série de televisão “Servo do povo”, na qual interpreta professor que se torna liderança política anticorrupção. O sucesso de audiência da série inspirou-o a fundar, em 2018, partido homônimo.

Em abril de 2019, elegeu-se presidente com 73% dos votos, com forte discurso de combate à corrupção governamental. Embora seu mandato estivesse previsto para encerrar-se em 20 de maio de 2024, a Lei Marcial em vigor no país, em decorrência da invasão russa e da impossibilidade de realizar-se pleito eleitoral, prorroga seu mandato na chefia do Executivo ucraniano.

É casado desde 2003 com Olena Zelenska. Dois filhos, Oleksandra e Kyrylo.

Denys Shmygal
Primeiro-Ministro



Nascido em 15/10/1975, Denys Shmygal graduou-se em economia, em 1997, pela Universidade Nacional Politécnica de Lviv, Ucrânia. Nos anos seguintes, estudou na Alemanha sob o programa de treinamento de gerentes do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha, realizou estágios na Bélgica, Canadá, Geórgia e Finlândia.

Em 2003, obteve o grau de doutor em economia pelo Instituto de Estudos Regionais da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, após ter defendido sua tese sobre “Economia regional e distribuição de forças produtivas”.

Entre 1994 e 2009, trabalhou no setor empresarial como especialista na área de contabilidade e finanças, e ocupou cargos executivos em várias empresas do setor de investimento privado. Entre 2009 e 2014, ocupou diferentes cargos de direção na área econômica e da fazenda na administração estatal da província de Lviv. Entre 2015 e 2019, voltou a atuar no setor privado, ocupando posições na empresa DTEK, responsável por fornecer parcela relevante da energia elétrica consumida na Ucrânia.

Entre agosto de 2019 foi nomeado presidente da administração estatal da província de Ivano-Frankivsk, cargo que exerceu até fevereiro de 2020, quando foi designado pelo presidente Zelensky como vice-primeiro-ministro da Ucrânia para o

Desenvolvimento dos Territórios e Comunidades. No mês seguinte, foi nomeado primeiro-ministro.

Yulia Svyrydenko
Vice-Primeira-Ministra e Ministra do Desenvolvimento Econômico



Yulia Anatoliivna Svyrydenko, 38 anos, nasceu na localidade ucraniana de Chernihiv, a 25 de dezembro de 1985. Em 2008, graduou-se na Universidade Nacional de Economia e Comércio de Kiev, com especialização em gestão antimonopólio. Svyrydenko foi nomeada subchefe do Gabinete da Presidência da Ucrânia pelo presidente Volodymyr Zelensky em dezembro de 2020.

Designada primeira vice-primeira-ministra e ministra da Economia, do Desenvolvimento Econômico e Comércio em 4 de novembro de 2021. Visitou o Brasil, na condição de emissária do Presidente Volodymyr Zelensky, para a posse do senhor Presidente da República, por quem foi recebida ainda no dia 31 de dezembro de 2022. Manteve conversa telefônica com o senhor VPR/MDIC em abril passado de 2024.

Dmytro Kuleba
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Dmytro Kuleba nasceu na cidade ucraniana de Sumy, em 19 de abril de 1981 (43 anos). Graduou-se no Instituto de Relações Internacionais da Universidade Taras Shevchenko, em Kiev. Adquiriu o título de doutor em Direito Internacional pela mesma universidade, em 2006.

Ingressou na carreira diplomática em 2003. Trabalhou no gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2010 a 2013. Retirou-se do serviço público em 2013, em protesto contra as políticas do então presidente Viktor Yanukovich. Kuleba participou das manifestações na Euromaidan em 2013-2014.

Retornou à chancelaria ucraniana em 2014, como embaixador a cargo da diplomacia digital. Exerceu o posto de representante permanente no Conselho da Europa, entre 2016 e 2019. Em 2019, foi nomeado primeiro-ministro Adjunto para Integração Europeia e Euroatlântica. Ocupa o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros desde março de 2020. Casado, pai de dois filhos

Iryna Borovets
Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros



Iryna Borovets nasceu em Kharkiv a 18 de abril de 1976 (48 anos). Graduou-se no Instituto de Estudos Orientais de Kharkiv, especialização em Relações Internacionais e Tradução. Também é graduada da Academia Nacional de Belas Artes (2021).

Entre 1998 e 2004, trabalhou no Departamento de Análise Política e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, período entremeado por interstício, em 2001-2003, em que trabalhou junto à missão da OSCE na Croácia. Serviu na Sérvia e Montenegro entre 2004 e 2008 e novamente na Croácia, entre 2010 e 2012.

Entre 2008 e 2010, atuou no Departamento de Preparação de Materiais para o presidente da Ucrânia. Em 2003-2004, exerceu funções no Departamento Político do MNE. Nos anos de 2017 e 2018, chefiou o Departamento de Diplomacia Cultural do MNE. Trabalhou depois, até 2021, no Departamento de Análise Política e Planeamento e no Departamento de Comunicação, que dirigiu nos anos de 2022 e 2023.

Nomeada vice-ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2023.

POLÍTICA INTERNA

A guerra iniciada com a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, dramatizou a busca ucraniana de integrar-se ao Ocidente e às estruturas euro-atlânticas de poder, notadamente a UE e a OTAN. Esse caminho já havia sido indicado pelos adventos das últimas décadas da chamada “Revolução Laranja” (2004-2005) e da “Revolução da Dignidade” (2013-2014). Desde a declaração de independência, que, significativamente, recebeu fria reação por parte da Rússia em agosto de 1991, a Ucrânia experimentava dificuldades para distanciar-se de seu passado soviético.

Empossado a 21/5/2019, Volodymyr Zelensky, amparado em seu prestígio eleitoral, trouxe um estilo mais moderno para o cargo de presidente. Sem um partido que lhe desse apoio no Parlamento, Zelensky decidiu dissolvê-lo, convocando eleições parlamentares antecipadas em julho de 2019, as quais ganhou com um novo partido (cujo nome espelhou seu programa televisivo: “Servidor do Povo”). Nesse sufrágio, obteve 254 dos 450 assentos. A partir dessa vitória, Zelensky deu início, na prática, ao seu governo, escolhendo, em agosto daquele ano, um novo primeiro-ministro e o gabinete de ministros.

Inicialmente, aprovou algumas reformas políticas de grande simbolismo, como a extinção da imunidade parlamentar, mas teve dificuldade em levar adiante reformas econômicas, como o programa de privatizações de grandes estatais e a liberalização da venda de terras a entes privados. No plano econômico, o presidente ucraniano foi confrontado com sérios desafios, entre os quais a recessão imposta pela pandemia de COVID-19, que, antes da invasão de 2022, somente teve paralelo na invasão russa do Donbas de 2014-15, quando o PIB ucraniano despencou 15%.

A guerra russo-ucraniana é um marco que transformou fundamentalmente o governo de Volodymyr Zelensky, alçado à condição de figura global a partir da crucial decisão de permanecer em Kiev, em momento no qual se acreditava que os russos tomariam em poucos dias a capital da Ucrânia. Desde 24 de fevereiro de 2022 está em vigor a Lei Marcial. O dispositivo legal regulatório tem sido renovado pelo Parlamento (Verkhovna Rada) a cada 90 dias (a última aprovação ocorreu, por unanimidade entre os 336 parlamentares presentes, em de maio de 2024), a partir de

proposta do Poder Executivo. Entre as consequências da Lei Marcial está a prorrogação do mandato do presidente Zelensky, que se encerraria no último dia 20 de maio.

POLÍTICA EXTERNA

O conflito russo-ucraniano iniciado em 24 de fevereiro de 2022 hoje domina completamente a ação exterior do governo de Volodymyr Zelensky e desperta a memória coletiva dos momentos mais trágicos do século XX. O vocábulo “Holodomor” resulta da expressão “moryty holodom”, que significa “matar pela fome”. Trata-se da palavra por meio da qual a Ucrânia se refere à Grande Fome de 1932-1933, que vitimou milhões de pessoas. A Ucrânia tem promovido, nas últimas décadas, campanha internacional pelo reconhecimento do Holodomor como genocídio. Tabu no período da União Soviética, o tema do Holodomor foi vocalizado publicamente, pela primeira vez, pelo poeta ucraniano Ivan Drach, logo após o desastre nuclear de Chernobyl em 1986.

A Ucrânia era o celeiro alimentar da URSS, fato, inclusive, que a tornou cobiçada pelos nazistas durante a II Grande Guerra – viriam da Ucrânia os recursos alimentares de um império alemão expandido. A vocação de grande produtor de alimentos encontra expressão também no próprio pavilhão nacional da Ucrânia, no qual o azul representa o céu, e o amarelo as extensas plantações de cereais nas estepes ucranianas.

Na década de 1990, após declaração de sua independência da URSS, em 24 de agosto de 1991, a Ucrânia renunciou a armamento nuclear estacionado em seu território e aderiu ao Tratado de Não proliferação Nuclear, em troca da garantia de sua integridade territorial no Memorando de Budapeste de 1994 (a Rússia é signatária). Por duas décadas após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia oscilou entre a manutenção de aliança com a Rússia e a aproximação com o Ocidente, especialmente com a Europa. Anteriormente região privilegiada da URSS, que sediava parte importante do complexo militar-industrial soviético, a Ucrânia sempre foi vista por estrategistas russos como um território cuja “perda” estancaria o processo de fortalecimento geopolítico da Rússia em andamento desde 2000. Por outro lado, a prosperidade da UE, sobretudo dos países do

Leste Europeu que aderiram à União Europeia, levou e ainda leva importante parcela da população ucraniana a almejar a adesão da Ucrânia à família europeia.

Após o relativo êxito do presidente Kuchma de manter uma política de equidistância entre Bruxelas/Washington e Moscou, entre 1994 e 2004, a eclosão da “Revolução Laranja”, em 2004, marcou o início de período de alternância entre governos antirrussos (Viktor Yushchenko, 2005-2010) e pró-russos (Viktor Yanukovich, 2010-2014). Durante o governo Yanukovich decidiu-se, em 2013, pela não adesão à Parceria para o Leste da UE. Essa decisão foi o estopim para a eclosão das manifestações no final daquele ano e início de 2014, no movimento que ficou conhecido como “Euromaidan”.

Seguiram-se a fuga de Yanukovich para a Rússia e a ocupação da Crimeia. Antes mesmo da assunção do governo de Petro Poroshenko (2014-2019), a Ucrânia aderiu à Parceria para o Leste, ao assinar o Acordo de Associação com a União Europeia. A política externa do governo Poroshenko investiu grande parte de seus esforços na intensificação das relações bilaterais com os países do G-7 (Reino Unido, Itália, Canadá, Alemanha, EUA, França e Japão) e com a UE. Outra importante prioridade para a Ucrânia foram organizações internacionais como a ONU, o Conselho da Europa e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

Em fevereiro de 2022, o Kremlin reconheceu a independência das províncias separatistas, ferindo de morte os Acordos de Minsk, que se baseavam em barganha por meio da qual a Rússia reconhecia a integridade territorial ucraniana em troca da concessão de maior autonomia às províncias situadas no leste do país, que contam, segundo o Governo russo, com expressivo contingente populacional de origem russa.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia por terra, céu e mar, em três frentes: tropas russas vindas de Belarus dirigiram-se a Kiev; forças advindas da Rússia deslocaram-se para o leste da Ucrânia; e efetivos na Crimeia, ocupada em 2014, rumaram à porção meridional. Nos primeiros momentos da guerra, a Rússia conquistou Kherson e Zaporíjia, que abriga a maior usina nuclear da Europa. Em abril, as tropas invasoras reagruparam-se no Donbas, que agrega as províncias de Donetsk e Luhansk, reconhecidas como soberanas pelo Kremlin às vésperas da invasão e objeto de batalhas intermitentes desde 2014. Com apoio político, econômico

e militar de países ocidentais, sobretudo, dos EUA, os ucranianos montaram eficiente resistência no leste e reconquistaram importantes territórios a sul e sudeste do país.

Em setembro de 2022, ofensiva ucraniana recuperou territórios em Kharkiv. Referendos organizados pelas forças invasoras, e contestados interna e internacionalmente, em setembro de 2022, levaram à maior anexação territorial na Europa desde a II Guerra Mundial, com a incorporação à Rússia da integralidade ou parte das regiões de Kherson, Zaporíjia, Donetsk e Luhansk. O ano de 2023 foi marcado pela contraofensiva da Ucrânia, que não veio a alcançar os resultados almejados pelo país e seus aliados, em razão de fatores como a falta de recursos materiais e humanos, a preponderância aérea russa e ampla minagem no terreno. A partir da segunda parte de 2023, e em 2024, a Rússia tem logrado avanços marginais a partir da conquista de territórios como Bakhmut, Avdiivka e se projeta atualmente, com intensa campanha de bombardeios, sobre Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia.

Candidatura à União Europeia

Dias após o início da guerra, a Ucrânia formalizou a sua candidatura para aceder à União Europeia, em 28 de fevereiro de 2022. Em junho daquele mesmo ano, em contexto de forte repercussão mundial do conflito russo-ucraniano, o Conselho Europeu concedeu o estatuto de país-candidato à Ucrânia e Moldova. Em novembro de 2023, a Comissão Europeia recomendou fossem abertas as negociações para o ingresso da Ucrânia na União Europeia. No mês seguinte, o Conselho Europeu decidiu pela abertura das negociações para que a Ucrânia possa integrar o bloco comunitário.

Iniciativa de Grãos do Mar Negro

A Iniciativa do Mar Negro, promovida pelas Nações Unidas e Turquia, foi assinada em 22 de julho de 2022. Mais de 32 milhões de toneladas de alimentos foram exportadas de três portos ucranianos com saída para o Mar Negro e abasteceram 45 países em três continentes. A Iniciativa expirou no dia 17 de julho de 2023. A Rússia notificou a Turquia, a Ucrânia e a ONU de que se opunha à extensão do acordo de exportação de grãos. Segundo a Rússia, o propósito humanitário

teria sido desvirtuado em benefício de interesses comerciais e militares, além de parte do acordo não ter sido cumprida, com as barreiras aos alimentos e fertilizantes russos. Embora as exportações russas de alimentos e fertilizantes não estejam sujeitas às sanções ocidentais, Moscou defende que as restrições a pagamentos, logística e seguro representam uma barreira a suas vendas.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Ucrânia tem defendido a ilegalidade da presença da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na própria Organização das Nações Unidas como um todo, em função das violações do Direito Internacional em que incorreu Moscou, ao invadir a Ucrânia. A Ucrânia questiona, em particular, a automaticidade da concessão do assento permanente da Rússia no Conselho de Segurança ao tempo do fim da União Soviética, que deu origem à criação de 15 países independentes. É digno de nota que, embora compusesse a URSS, a Ucrânia foi, na condição de república socialista soviética, membro fundador da Organização das Nações Unidas.

ECONOMIA

Conforme dados preliminares, o PIB da Ucrânia cresceu em 2023, em termos reais, entre 5% e 5,7%. Em janeiro de 2024, o Banco Nacional da Ucrânia revisou sua previsão de crescimento para 5,7%, contra 4,9% anteriormente. Mesmo com a recuperação acima do esperado, o PIB ainda é cerca de 25% menor que o de 2021. Ao longo do ano, à medida que a economia ucraniana se adaptava mais profundamente para apoiar a guerra em reação à invasão russa, as previsões de crescimento tornaram-se mais otimistas.

O segundo trimestre de 2023 foi o primeiro com crescimento real do PIB desde o início da guerra um ano antes. Em outubro, a previsão do Banco Mundial era de crescimento de 3,5% (a instituição ainda não a atualizou). O desempenho no último trimestre, inclusive resultados

melhores das colheitas tardias de alguns produtos agrícolas, indicam que mesmo as expectativas do trimestre anterior serão excedidas.

A injeção de recursos no tesouro do país por parceiros internacionais (países, organizações e instituições financeiras), na forma de doações e empréstimos, e a política fiscal expansionista necessária para sustentar o esforço de guerra aumentaram a demanda interna, incentivando a retomada do consumo e dos investimentos. A atividade econômica no país mostra também o fortalecimento de setores em detrimento de outros. O setor de defesa (*lato sensu*), mais diretamente ligado ao esforço de guerra é certamente o melhor exemplo, mas há casos inesperados, como o aumento de 30% no faturamento de restaurantes e afins.

Segundo o Banco Nacional da Ucrânia, a inflação em 2023 foi de 5,1%, resultado que revela expressiva melhora em relação aos 26,6% de 2022. Como em 2022, apesar do aumento do nível de atividade econômica e da injeção de recursos na economia, a absorção pelo governo de parte dos custos decorrentes da inflação e o competente controle do câmbio, pelo Banco Nacional da Ucrânia, colaboraram para aliviar a pressão inflacionária.

A taxa básica de juros do Banco Nacional da Ucrânia, hoje de 15% ao ano, deverá seguir neste nível pelo menos até o segundo semestre de 2024. Segundo o BNU, o objetivo é de controlar a inflação e manter a atratividade dos investimentos em moeda local, evitando assim pressões sobre o mercado de câmbio.

Entre 15% e 20%, a taxa de desemprego continua alta em comparação com o período anterior à guerra. A retomada da atividade econômica tem aumentado a busca por mão-de-obra, cuja disponibilidade segue limitada pela mobilização e pelo grande número de cidadãos ucranianos que fugiram do país. Por outro lado, do segundo trimestre ao fim de 2023 os salários mostraram forte alta em termos reais.

Para 2024, as previsões do Banco Nacional da Ucrânia, de organismos internacionais e do mercado são de aumento real do PIB de 3,6%. Espera-se inflação mais alta no segundo semestre, com o índice anual devendo chegar a 8,6%. Tal aumento seria temporário, com a inflação convergindo para a meta (entre 4% e 6%), já em 2025.

Em 2023, as exportações de bens da Ucrânia chegaram a USD 36 bilhões de dólares, enquanto as importações atingiram USD 63,5 bilhões. A redução no montante exportado foi de cerca de 18%, menor portanto que a queda de 35% em 2022. No início do segundo ano da guerra, ainda estava em vigor a “Iniciativa Grãos do Mar Negro”, que permitiu retomada do comércio exterior, embora com obstáculos impostos pela Rússia. Seu abandono pela parte russa ainda em 2023 prejudicou as exportações, principalmente de cereais, e levou a Ucrânia a buscar novas alternativas de escoamento da produção.

Entre as soluções encontradas está o estabelecimento do Corredor Marítimo Ucrâniano para os portos do Mar Negro na região de Odessa, que permitiu retomar gradativamente o comércio exterior por via marítima. Embora o corredor siga funcionando, sua operação foi prejudicada, durante 2023, pelo frequente bombardeio das instalações portuárias de Odessa e de áreas vizinhas. Por via terrestre, a Ucrânia explorou alternativas fazendo transitar suas cargas pelos países vizinhos, especialmente a Polônia. Nos últimos meses, no entanto, os bloqueios da fronteira por produtores rurais poloneses, que chegaram a destruir cargas ucranianas, voltaram a afetar negativamente a capacidade de exportação. Os planos ucranianos de tomar a parcela do mercado europeu anteriormente atendida pela Rússia tampouco teve êxito. Ao contrário, o protecionismo europeu não somente dificulta o acesso dos produtos ucranianos, mas também começou a prejudicar o trânsito de cargas destinadas a outros mercados (caso da Polônia).

Grupo de Cairns

Em meados de novembro de 2023, representante permanente da Austrália, embaixador George Mina, na qualidade de coordenador do Grupo de Cairns para negociações em agricultura, informou sobre o pedido da Ucrânia para tornar-se membro pleno do grupo. Estima-se que, antes do início da guerra russo-ucraniana, a Ucrânia, com cerca de 40 milhões de habitantes, detinha agricultura eficaz o suficiente para alimentar 440 milhões de pessoas. O Brasil informou coordenador do Grupo de Cairns a respeito de seu apoio ao pleito da Ucrânia de tornar-se membro pleno da coalizão. A Ucrânia ingressou oficialmente no Grupo de Cairns, tornando-se o vigésimo integrante do agrupamento no interior da Organização Mundial do Comércio.

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 11 de fevereiro de 1992. Desde a consolidação de sua independência, a Ucrânia tem dado demonstrações concretas de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil, a começar pela abertura de embaixada residente em Brasília em 1993, gesto retribuído pelo governo brasileiro em 1995, quando foi instalada a embaixada em Kiev. O Brasil é o único país da América Latina que recebeu, por três vezes, visitas oficiais de chefes de Estado ucranianos (Leonid Kuchma, em 1995 e 2003, e Viktor Yanukovich, em 2011), tendo organizado, por sua vez, duas visitas presidenciais à Ucrânia (Fernando Henrique Cardoso, em 2002; e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009).

As relações bilaterais beneficiam-se da existência, no Brasil, de comunidade de ucranianos e de seus descendentes, estimada em cerca de 600 mil pessoas, a terceira maior nas Américas, após aquelas nos EUA e no Canadá. Fortemente concentrada no Paraná (em especial, no município de Prudentópolis), a comunidade ucraniana exerce influência naquele estado e tem respaldado iniciativas de aproximação com a Ucrânia, como o intercâmbio de estudantes universitários e o ensino da língua portuguesa na Universidade Nacional Taras Shevchenko.

As relações bilaterais desenvolveram-se positivamente nos anos subsequentes ao estabelecimento de relações diplomáticas, favorecida pela percepção ucraniana de que o Brasil é não apenas o país líder da América Latina, mas também parceiro estratégico em potencial. Assim, já em 1995, os dois países firmaram Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, dando início a um diálogo comercial e tecnológico. Em avanço inédito, celebrou-se, em outubro de 2003, o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), visto à época como o principal pilar das relações bilaterais. Em 2009, em reconhecimento da importância do relacionamento, os governos de ambos os países decidiram elevá-lo ao nível de Parceria Estratégica. A última visita de chefe de Estado

ocorreu em outubro de 2011, quando o então presidente, Viktor Yanukovich, esteve em São Paulo e Brasília.

Em fins de 2013, a eclosão da crise representada pela “Euromaidan”, seguida, meses depois, pela ocupação russa da Crimeia e o início do conflito no Donbas, levou a alterações profundas na economia e nas políticas interna e externa da Ucrânia, as quais afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia. No plano econômico, a crise que atingiu a economia ucraniana reduziu fortemente o comércio bilateral. No plano político, a Ucrânia passou a concentrar suas atenções no conflito com a Rússia, o que reforçou o relacionamento deste país com os EUA, UE, Reino Unido, Canadá e com a OTAN, todos aliados que se posicionaram frontalmente contra a Rússia e em apoio à Ucrânia. O corolário dessa mudança foi uma queda nas atenções dadas pela Ucrânia a países do sul global como a China, Índia e Brasil, e a regiões como a América Latina, África e Ásia.

Em julho de 2015, o governo brasileiro decidiu denunciar o acordo espacial que mantinha com a Ucrânia, em razão da inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto “Alcântara Cyclone Space - ACS”, que deveria lançar satélites comerciais com foguetes ucranianos a partir da base espacial brasileira de Alcântara. A decisão brasileira de retirar-se do ACS decepcionou a Ucrânia, não apenas porque já investira no projeto US\$ 500 milhões, mas também porque a parte ucraniana julgava o projeto ACS a chave para a sobrevivência de sua indústria de mísseis e foguetes. As negociações visando liquidar a ACS se arrastaram ao longo de 2016, 2017 e 2018, sendo a empresa finalmente extinta apenas em 2019.

As dificuldades resultantes daquela decisão, somadas à crise econômica tanto na Ucrânia quanto no Brasil em 2015 e 2016, levou ao esvaziamento da relação bilateral, com redução no número de visitas de alto nível e com a cessação de reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC), cuja última reunião ocorreu em 2013. Realizou-se, em outubro de 2017, reunião de consultas políticas em Kiev.

As relações bilaterais começaram a se recuperar já em 2018, quando, após longas tratativas, procedeu-se finalmente à liquidação da empresa ACS em moldes unilaterais, o que significou que o grosso do passivo do programa, que se encontrava no Brasil, foi saldado pela parte brasileira. Essa solução, embora não tivesse contado oficialmente com a concordância da

Ucrânia, revelou-se positiva para este país, cujos prejuízos foram minorados pelo formato que tomou a liquidação. A importância estratégica e econômico-comercial do Brasil no plano global significou que, apesar do revés espacial, o governo ucraniano seguiu mantendo interesse em reativar a parceria estratégica com o Brasil que havia dado frutos nos anos 1990 e 2000.

Os mandatários do Brasil e da Ucrânia mantiveram encontro bilateral, no Japão, em 22 de outubro de 2019. A pandemia do COVID-19 impactou o fluxo de visitas bilaterais nos anos subsequentes, embora os dois países tenham mantido, a 14 de maio de 2021, reunião de consultas políticas em Brasília.

A vice-primeira-ministra e ministra do Desenvolvimento Econômico Yulia Svyrydenko visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou carta do presidente Zelensky em 31 de dezembro de 2022. O Sr. AE/PR, embaixador Celso Amorim, entregou carta do chefe de Estado brasileiro ao presidente Zelensky, em Kiev, no dia 10 de maio de 2023. O ministro Mauro Viera manteve encontro com o homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em 18 de fevereiro de 2023. Os presidentes Lula e Zelensky conversaram ao telefone em 2 de março e reuniram-se à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 setembro de 2023.

Comércio Bilateral

Em 2023, o Brasil exportou USD 37,8 milhões para a Ucrânia e importou USD 21,3 milhões. A corrente de comércio entre Brasil e Ucrânia caiu 58%, em relação a 2022, período em que a retração havia sido de 67,33%. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram os seguintes: amendoins (41%), máquinas e suas partes (17%), café não torrado (7,1%) e produtos da indústria de transformação (4,5%). Destacaram-se, nas vendas ucranianas, os seguintes produtos: medicamentos (22%), equipamento de distribuição de energia elétrica (20%), tubos, canos e mangueiras (11%) e equipamentos de telecomunicações, peças e acessórios (11%).

Questão atinente ao comércio bilateral para a qual ainda não se encontrou solução é o embargo ucraniano à carne suína brasileira. Em 13/12/23, foi realizada videoconferência entre representantes do Serviço Estatal da Ucrânia para a Segurança de Produtos Alimentícios e

Proteção ao Consumidor (SEUSPAPC) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Na ocasião, a parte ucraniana confirmou disposição em enviar missão sanitária ao Brasil para verificar o sistema de controle brasileiro com vistas a levantar o embargo de carne suína brasileira. Convite nesse sentido foi transmitido à parte ucraniana em 20/12/23.

Cooperação Parlamentar

Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou, em 23 de abril de 2023, a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia. O presidente do Grupo Parlamentar é o senador Flávio Arns (PSB-PR). O presidente do Parlamento da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, transmitiu, por meio da embaixada da Ucrânia em Brasília, pedidos de telefonema com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Realizou-se, em conjunto com a embaixada da Ucrânia, em fevereiro de 2024, no Senado Federal, a exposição “Dois Anos da Invasão Russa da Ucrânia. Retratos da Dor e Sofrimento”.

Em fins de março de 2024, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, nesta quarta-feira, 27, requerimento de autoria do deputado Alfredo Gaspar (UNIAO-AL) para a constituição de uma missão parlamentar, de caráter humanitário, à Ucrânia. Segundo o parlamentar, “a constituição dessa missão oficial da CREDN reveste-se de grande importância, pois o objetivo central será conferir, in loco, a situação da população civil e de nacionais brasileiros. Pretendemos observar, ainda, se os preceitos do Direito Internacional Humanitário (DIH) e as normas da guerra estão sendo minimamente respeitados”, explicou.

Projeto de Lei 423/2022

O Projeto de Lei 423/2022, apresentado pelo senador Álvaro Dias (Podemos-PR), reconhece a grande fome que assolou ucranianos (Holodomor) nos anos de 1932-1933 como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória às Vítimas do Holodomor. Em 26/4, o Projeto de Lei foi aprovado em votação simbólica no Senado Federal e seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Em 5/5/22, foi encaminhado à Comissão de Cultura, que

aprovou o parecer em 8 de novembro de 2023. Atualmente o Projeto de Lei tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Assuntos Consulares

O atendimento à comunidade brasileira residente na Ucrânia constituiu um desafio à parte no momento da invasão militar russa. Apesar de sucessivas campanhas de sensibilização, não havia, no início das hostilidades, um panorama exato do número de residentes brasileiros na Ucrânia (país com território maior do que o da França). A partir do dia 24 de fevereiro de 2022, a embaixada instalou central de atendimento 24 horas por dia, providenciou lugares nos trens que partiam de Kiev com destino ao oeste do país (Lviv), postou nas mídias sociais do Posto horários dos serviços ferroviários, bem como recomendações de segurança e de rotas alternativas para aqueles que tencionavam sair do país por via rodoviária.

Em 2 de março, teve início a operação de escritório da embaixada em Lviv, com equipe de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro da embaixada e de outros postos. Durante seu funcionamento, mais de 250 brasileiros foram evacuados da Ucrânia. Foi prestado igual apoio a cidadãos de outros países da América Latina. Com o fim da demanda por evacuação, o escritório emergencial encerrou suas atividades em 7 de abril de 2022, passando a assegurar as atividades regulares da embaixada até o retorno a Kiev, em 26 de julho de 2022.

Tendo em conta o reduzido número de eleitores inscritos, bem como da situação de segurança no país, não foram instaladas urnas de votação por ocasião das últimas eleições, em outubro de 2022. O setor consular da embaixada do Brasil na Ucrânia está efetuando gestões para a transferência para o Brasil de três brasileiros que cumprem pena de reclusão em estabelecimento penal ucraniano.

Ação Diplomática Brasileira

A posição brasileira sobre o conflito russo-ucraniano combina votos condenatórios à violação da integridade territorial da Ucrânia na Organização das Nações Unidas com a busca de solução pacífica para a guerra, nos termos da tradição diplomática pátria e com amparo nas

disposições do artigo 4º da Constituição Federal, que consagra a defesa da paz entre os princípios norteadores da ação exterior do País. O Brasil historicamente apenas aplica sanções que são aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e não favorece a exclusão da Rússia de foros internacionais.

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 23 de fevereiro de 2023, a resolução A/RES/E-11/6 (*UN Charter principles underlying a comprehensive, just and lasting peace in Ukraine*), com 141 votos favoráveis (**Brasil**), 7 contrários e 32 abstenções. Pela primeira vez, por iniciativa do Brasil, aprovou-se resolução com apelo à cessação das hostilidades – não como demanda dirigida a uma das partes, mas a ambas.

Contatos diplomáticos entre Brasil e Ucrânia têm sido mantidos em diferentes níveis. Os presidentes Lula da Silva e Volodymyr Zelensky reuniram-se à margem da abertura da última Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 20 setembro de 2023, assim como conversaram ao telefone em 2 de março do ano passado.

O embaixador Celso Amorim visitou a Ucrânia em 10 de maio de 2023, oportunidade em que foi recebido pelo presidente Zelensky, pelo chefe da Gabinete da Presidência da Ucrânia (cargo equivalente, no Brasil, a chefe da Casa Civil da Presidência da República), Andrii Yermak, e com o ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros, Andrii Melnyk, atual embaixador da Ucrânia no Brasil.

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Viera, manteve encontro com o homólogo ucraniano, Dmytro Kuleba, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em 18 de fevereiro de 2023. Os chanceleres brasileiro e ucraniano conversaram ao telefone em setembro de 2023 e em janeiro de 2024. As chancelarias mantêm diversos encontros entre altos funcionários diplomáticos de diferentes níveis.

A vice-primeira-ministra e ministra do Desenvolvimento Econômico Yulia Svyrydenko visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregou carta do presidente Zelensky em 31 de dezembro de 2022.

O Brasil tem prestado ajuda humanitária e oferecido vistos de acolhida humanitária a ucranianos, cuja integração ao tecido social brasileiro é facilitada pela comunidade de imigrantes no sul do País.

Ajuda Humanitária

Em reação a pedidos ucranianos de ajuda humanitária, a parte brasileira transmitiu às autoridades da Ucrânia, por notas verbais em Brasília e Kiev, e aguarda manifestação de interesse, bem como providências correspondentes para receber doação de medicamentos e vacinas do Ministério da Saúde do Brasil.

Estão também em execução as seguintes ações humanitárias em apoio ao governo ucraniano: USD 29.000,00 para a aquisição de produtos e equipamentos conforme a lista apresentada pelo “Save Ukraine – Children and families rescue network”, como doação humanitária brasileira, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária brasileira, está tomando as providências administrativas pertinentes para transferir o valor às autoridades ucranianas; 8.100 vacinas pneumocócica 23 – valente. A ABC aguarda receber aprovação do governo ucraniano sobre a documentação técnica elaborada pelo Ministério da Saúde indispensável para a cotação de transporte aéreo, envio e internalização da referida vacina naquele país; e 8.000.000 de ponteiras de polipropileno.

O Governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para atender as necessidades do governo ucraniano: (a) em 2023, 24 toneladas de arroz parboilizado, oferta humanitária do governo brasileiro aceita pelo governo ucraniano, com valor declarado de USD 15.816,52; e (b) em 2022, 50 purificadores de água portáteis, de tecnologia e fabricação 100% nacionais, com capacidade combinada para purificar quase 300 mil litros de água por dia, transportados pela Força Aérea Brasileira (FAB) com valor total declarado de USD 125.835,03; 8,1 toneladas de alimentos desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 101.439,30, transportados pela FAB; 461 quilos de medicamentos, transportados pela FAB, com

valor total declarado de USD 1.998,54; 1,9 tonelada de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo, com valor total declarado de USD 23.794,40.

O Governo do Brasil estendeu apoio institucional à empresa “Simple Nutri” e à ONG “Cooperative for Assistance and Relief Everywhere – CARE” para o envio de 10 toneladas de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Simple Nutri” e ao “Movimento UniãoBR” para o envio de 4 toneladas de insumos médico-hospitalares e de alimentos nutricionais desidratados, 100% naturais e com alto teor nutritivo (doação privada); à empresa “Marfrig Global Foods” para o envio de 19,4 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); à empresa “JBS” para o envio de 18,6 toneladas de carne bovina enlatada em conserva (doação privada); 1 tonelada de equipamentos de proteção individual, insumos-médicos hospitalares e equipamentos ortopédicos e de mobilidade, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) junto ao Hospital Israelita Albert Einstein e à empresa “Ortopedia Jaguaribe”, com valor total declarado de USD 60.095,45; 7,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, por meio de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), junto à Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, ao Hospital Israelita Albert Einstein e ao Hospital Sírio-Libanês, com valor declarado de USD 281.705,08; 2,5 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 52.845,98; e 9,2 toneladas de medicamentos anestésicos, obtidos, em doação, junto à empresa farmacêutica “Eurofarma”, com valor total declarado de USD 73.583,67.

Cronologia das relações bilaterais

2024 – Reunião de Consultas Políticas em Brasília (12 de junho)
2023 – Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em Nova York, EUA (20 de setembro)
2023 – Visita à Ucrânia do AE/PR, Embaixador Celso Amorim (10 de maio)
2023 – Encontro dos ministros Mauro Vieira e Dmytro Kuleba (Munique, 18 de fevereiro)
2022-2023 – Visita ao Brasil da VPM Yulia Svyrydenko (posse presidencial)
2021 – Reunião de Consultas Políticas em Brasília (Nível: Secretário, 14 de maio)
2019 – Encontro do presidente Jair Bolsonaro com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em Tóquio, Japão (22 de outubro)
2019 – Encontro do presidente Jair Bolsonaro com o presidente Petro Poroshenko, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça (24 de janeiro)
2017 – Reunião de Consultas Políticas em Kiev (Nível D-DEU, 17 de outubro)
2013 – Realização da 6ª reunião da CIC, em Brasília, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio da Ucrânia, Igor Prassolov (8 de novembro)
2013 – Visita à Ucrânia do chanceler Antônio de Aguiar Patriota (3 de julho)
2012 – Visita ao Brasil do chanceler Kostyantyn Gryshchenko (Brasília, 20 de janeiro)
2011 – Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Mykhailo Yezhel
2011 – Visita à Ucrânia do titular do MCTI Aloizio Mercadante (novembro)
2011 – Visita ao Brasil do presidente Viktor Yanukovich (outubro)
2011 – 5ª Reunião da CIC em Kiev (setembro)
2010 – Visita à Ucrânia do ministro da Defesa, Nelson Jobim
2010 – 4ª Reunião da CIC em Brasília (agosto)
2009 – Visita à Ucrânia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (dezembro): Lançamento da Parceria Estratégica
2008 – 3ª reunião da CIC em Kiev (junho)
2005 – Visita a Kiev de missão da CREDN, chefiada pelo deputado Aroldo Cedraz
2005 – Visita ao Brasil do chanceler ucraniano Boris Tarasyuk
2004 – Reunião em Kiev do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o presidente Leonid Kutchma e todo o Gabinete (maio); 2ª reunião da CIC

2003 – Visita ao Brasil do presidente Leonid Kutchma, em outubro
2002 – Visita à Ucrânia do presidente Fernando Henrique Cardoso
2001 – 1ª reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC)
1999 – Visita ao Brasil do chanceler Boris Tarassiuk
1996 – Visita ao Brasil do chanceler Guenadi Udovenko
1995 – Visita do presidente Leonid Kutchma ao Brasil. Assinatura do Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que dispôs sobre a formação da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC)
1995 – Abertura de Embaixada residente do Brasil em Kiev
1993 – Abertura de Embaixada residente da Ucrânia em Brasília
1992 – Estabelecimento de relações diplomáticas
1991 – Brasil reconhece a independência da Ucrânia

Cronologia histórica

838 – Primeira menção aos Vikings Rus em fontes ocidentais
860 – Primeiro ataque Rus a Constantinopla pelo Mar Negro
971 – Imperador Tzimisces e príncipe Sviatoslav de Kiev negociam no Danúbio a paz entre Bizantinos e Rus
989 – Príncipe Vladimir de Kiev cerca fortaleza bizantina de Chersonesus (Crimeia), casa-se com Anna, filha do imperador Basílio II e converte-se ao cristianismo
1037 – Príncipe Yaroslav, o sábio, completa a construção da Catedral de Santa Sofia, sede do metropolitano e da primeira biblioteca Rus
1054 – Morte do Príncipe Yaroslav sinaliza o fim da Rus Kieviana
1113-1125 – Príncipe Vladimir Monomakh restabelece provisoriamente a Rus Kieviano e promove a produção da Crônica Primária, a principal fonte sobre a Ucrânia medieval
1187-1189 – Escritor de Kiev usa pela primeira vez a palavra Ucrânia em referência às fronteiras das estepes entre Pereyaslav e a Galícia ucraniana (Aliche)
1240 – Kiev é conquistada pelas forças mongóis e integrada à esfera da Horda Dourada
1241-1261 – Transcarpátia é controlada pelos reis da Hungria
1299-1325 – Metropolitano de Kiev muda sua sede para Vladimir, depois para Moscou
1359 – Forças lituanas e Rus lutam contra a Horda Dourada e a maior parte do território atual da Ucrânia é integrado ao Grão-Ducado da Lituânia
1449-1478 – Canato da Crimeia torna-se independente da Horda Dourada, mas é controlado pelo império turco-otomano
1492 – Primeira menção ao termo “cossaco” em fontes históricas
1569 – União de Lublin entre Reino da Polônia e Grão-Ducado da Lituânia; aquele controla a Ucrânia; este, Belarus (1ª fronteira administrativa entre os futuros países)
1590-1638 – Era das revoltas cossacas que consolidam força militar e organização social
1596 – União de Brest: parte do metropolitano Kieviano na jurisdição de Roma
1648 – Cossaco Bohdan Khmelnytsky lança ataque surpresa contra as forças

lituano-polonesas e cria o primeiro estado cossaco intitulado Hetmanato
1654 – Oficiais cossacos reconhecem a suserania dos czares de Moscou, levando a um longo confronto entre Moscou e Varsóvia sobre o controle da Ucrânia
1667 – Trégua de Andrusovo entre a Polônia e o Principado de Moscou. Ucrânia dividida entre as duas potências ao longo do rio Dniro
1685 – Metropolitanato de Kiev transferido do patriarcado de Constantinopla para o patriarcado de Moscou
1764-1780 – Liquidação do Hetmanato é parte de reforma centralizadora de Catarina II
1783 – A Rússia anexa a Crimeia
1818 – Publicada a primeira gramática do idioma ucraniano
1834 – Czar Nicolau I cria a Universidade de Kiev
1840 – Poeta e artista Taras Shevchenko, por muitos visto como o pai da nação ucraniana, publica sua obra magna <i>Kobzar</i>
1863 – Ministro do Interior da Rússia Petr Valuev proíbe publicações em ucraniano
1890s – Fome leva a emigração de camponeses ucranianos do Império Austro-Húngaro para Canadá e Estados Unidos
1900 – Advogado de Kharkiv, Mykola Mikhnovsky desenvolve a ideia da independência da Ucrânia
1905 – Revolução no Império Russo extingue restrições à língua ucraniana
1914 – Eclosão da I Grande Guerra transforma a Ucrânia em terreno em disputa entre Império Russo, Áustria-Hungria e Alemanha
1917 – Colapso da Monarquia russa abre espaço para a independência da Ucrânia, processo levado adiante pelos socialistas no Parlamento Revolucionário da Ucrânia
1918-1920 – Governos da Ucrânia nas partes dominadas pela Áustria e Rússia declaram independência, mas perdem guerras contra Bolcheviques e República da Polônia
1921-1923 – Territórios da Ucrânia atual divididos entre a Rússia Soviética, a Polônia, a Romênia e a Tchecoslováquia
1932-1933 – Três milhões morrem na fome hoje conhecida como Holodomor na Ucrânia
1937 – Ápice dos expurgos promovidos pelo ditador soviético Josef Stalin
1941 – Invasão nazista da União Soviética leva à ocupação alemã e romena da

Ucrânia, que se torna um dos epicentros do Holocausto
1943 – Retorno de forças da USRR e luta com nacionalistas ucranianos no oeste do país
1944 – Tártaros da Crimeia são deportados para a Ásia Central
1945 – Conferência de Yalta consolida fronteiras da Polônia, deixando Lviv na Ucrânia; no mesmo ano, Transcarpátia é integrada à República Socialista Soviética da Ucrânia
1953 – Morte de Josef Stalin
1954 – Nikita Khrushchev arquiteta a transferência da Crimeia da Rússia para a Ucrânia no interior da União Soviética
1975-1981 – Ata Final de Helsinque encoraja dissidentes ucranianos na URSS
1985 – Reformas de Mikhail Gorbachev na União Soviética
1986 – Maior desastre nuclear da história mundial ocorre em Chernobyl
1990 – Eleições na Ucrânia resultam em predomínio da oposição no Parlamento e à declaração de soberania da Ucrânia ainda na União Soviética
1991 – Após malsucedido golpe de Estado contra Mikhail Gorbachev, Ucrânia declara independência; referendo realizado em dezembro resulta na vitória do independentismo
1994 – Por meio do Memorando de Budapeste, grandes potências, inclusive a Rússia, comprometem-se com a integridade territorial da Ucrânia
1996 – Nova Constituição da Ucrânia; busca de equilíbrio entre Executivo e Legislativo
1997 – Acordo entre Ucrânia e Rússia sobre a Crimeia que reconhece a soberania ucraniana sobre a província e autoriza a utilização russa da base de Sebastopol
2004 – Revolução Laranja
2013-2014 – <i>Euromaidan</i> -Revolução da Dignidade
2014-2015 – Rússia ocupa a Crimeia, confrontos no Donbas, Acordos Minsk I e II
2022 – Invasão russa da Ucrânia, início do maior conflito na Europa desde 1945
2022 – Ucrânia formaliza candidatura à União Europeia (fevereiro) e adquire o estatuto de país-candidato (junho)
2023 – Decisão do Conselho Europeu de abrir negociações para a Ucrânia aderir à UE

Atos bilaterais



Ministério das Relações Exteriores Divisão de Atos Internacionais Relação de Acordos

Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática Hennadii Udovenko da Ucrânia.	Ucrânia	14/05/2021	Em Vigor							26/07/2021		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para a Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil.	Ucrânia	02/08/2018	Tramitação Congresso Nacional	13/11/2018	27/12/2019			26/02/2020				
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar	Ucrânia	25/10/2011	Tramitação Congresso Nacional	20/01/2014	18/10/2017							
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	Ucrânia	16/09/2010	Tramitação Congresso Nacional	08/07/2016	02/09/2016			07/02/2012				
Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor									
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	04/11/2013	09/05/2016	12/12/2017	05/01/2018	14/03/2011	09/07/2018	23/10/2018		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	31/03/2010	13/10/2010	23/09/2011	30/09/2011	15/10/2010	04/11/2011	22/11/2011		

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	21/01/2010	08/11/2010	19/07/2012				08/09/2017		
Memorando de Entendimento na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor							21/12/2009		
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	02/12/2009	Em Vigor	21/01/2010	12/04/2010	28/05/2012	01/06/2012	27/11/2013	16/07/2014	24/09/2014		
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor		15/10/2004	19/04/2006	05/05/2006	25/01/2005		16/10/2006		
Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre Futuros Projetos Espaciais Bilaterais.	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor							29/10/2003		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	21/10/2003	Denunciado		21/05/2004	20/09/2004	22/09/2004	10/05/2004		29/04/2005		24/07/2015
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor			19/04/2006				20/10/2006		
Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma	Ucrânia	21/10/2003	Em Vigor									
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática da Ucrânia do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia	Ucrânia	20/11/2002	Em Vigor							29/01/2003		

Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	18/04/2002	Suspensão								
Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucrânicos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.	Ucrânia	16/01/2002	Suspensão						05/02/2002		
Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia no Setor da Fabricação de Máquinas para o Setor Energético	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor						17/04/2006		
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia sobre a Cooperação na Área de Produção de Petróleo e Gás	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor						17/04/2006		
Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		31/07/2002	14/11/2005	16/11/2005	26/09/2002	04/04/2006		
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		03/04/2002	19/04/2006			08/06/2006		
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		07/05/2002	19/04/2006			13/12/2006		

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor		11/04/2002	17/10/2003		20/11/2003		09/11/2004		
Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento das Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia	Ucrânia	16/01/2002	Em Vigor									
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	Ucrânia	18/11/1999	Em Vigor		28/12/2000	06/07/2006	11/07/2006			15/09/2006		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Científica e Tecnológica	Ucrânia	15/11/1999	Em Vigor	07/01/2000	28/03/2000	15/06/2001	25/06/2001	27/05/2009	23/07/2009	23/12/2009		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação na Área de Turismo	Ucrânia	28/04/1999	Em Vigor		25/06/1999	20/06/2000	30/06/2000	22/06/1999	11/07/2008	12/09/2008		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		29/03/1996	11/09/1996	24/09/1996	29/12/1995		25/10/1996		
Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor							01/11/1995		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Econômico-Comercial.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		05/12/1995	11/09/1996	24/12/1996			13/03/1998		
Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia.	Ucrânia	25/10/1995	Em Vigor		13/12/1995	24/10/1996				21/11/1997		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MOLDOVA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MAIO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Moldova
CAPITAL	Chisinau
ÁREA	33.845 km ²
POPULAÇÃO (ONU 2022)	3,2 milhões de pessoas
IDIOMA OFICIAL	Romeno
CHEFE DE ESTADO	Maia Sandu
CHEFE DE GOVERNO	Dorin Recean
CHANCELER	Mihail Popșoi
PIB (FMI 2023)	US\$ 17,052 bilhões (est.)
PIB PPP (FMI 2023)	US\$ 41,762 bilhões (est.)
PIB per capita (FMI 2023)	US\$ 6.832 (est.)
PIB PPP per capita (FMI 2023)	US\$ 13.685 (est.)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,6% (2024, est.); 1,0% (2023, est.); 5,0 (2022); 13,9 (2021); -8,3% (2020); 3,6% (2019); 4,1% (2018); 4,2% (2017)
IDH (PNUD, 2021)	0,767 (80ª posição)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99%
UNIDADE MONETÁRIA	Leu moldavo (MDL)
EMBAIXADOR EM CHISINAU	Norton de Andrade Mello Rapesta (residente em Kiev)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Viorel Ursu (residente em Washington DC, Estados Unidos)

INTERCÂMBIO BILATERAL (Fonte: MDIC, US\$ milhões FOB)

Brasil– Moldova	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-abril)
Intercâmbio	39,9	58,3	3,3	3,8	7,6	17,1	14,4	8,4	9,1	7,9	5,8	1,6
Exportações	37,7	56,5	2,0	2,3	5,0	12,6	9,4	6,0	5,6	4,3	3,0	0,5
Importações	2,2	1,8	1,2	1,5	2,6	4,5	4,9	2,4	3,5	3,6	2,8	1,1
Saldo	35,5	54,7	0,8	0,8	2,4	8,1	4,5	3,6	2,1	0,7	0,2	-0,6

- **Exportações (2023):** tabaco (30%), amendoins (25%) e máquinas não elétricas (21%).
- **Importações (2023):** artigos de plástico (60%), equipamento para distribuição de energia elétrica (11%) e bebidas alcoólicas (5%).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Maia Sandu **Presidente da República**



Maia Sandu nasceu em 24 de maio de 1972 (52 anos), na vila de Risipeni, distrito de Falesti. Em 1994, se formou na Academia de Estudos Econômicos de Moldova, Faculdade de Administração. De 1995 a 1998, estudou na Academia de Administração Pública de Chisinau, obtendo o grau de Mestre em Relações Internacionais.

Entre julho de 1994 e março de 1998, exerceu o cargo de consultora, chefe adjunta do Departamento do Ministério da Economia. De março de 1998 a agosto de 2005, trabalhou como economista no Escritório do Banco Mundial em Chisinau. De agosto de 2005 a julho de 2006, foi diretora de Política Macroeconômica e Programas de Desenvolvimento do Ministério da Economia e Comércio. De fevereiro a junho de 2019, atuou como deputada no Parlamento de Moldova. Em junho de 2019, foi nomeada primeira-ministra, cargo que ocupou até novembro de 2019.

Em 24 de dezembro de 2020, Maia Sandu tomou posse como presidente da República de Moldova, após a sua vitória no segundo turno das eleições em 15 de novembro daquele ano.

Dorin Recean
Primeiro-Ministro de Moldova



Dorin Recean nasceu em Dondușeni, então localizada na União Soviética, em 17 de março de 1974 (50 anos). Graduiu-se, em 1996, na Academia de Estudos Econômicos de Moldova, com bacharelado em Administração. No ano 2000, obteve o título de mestre em Administração filial belga da Universidade Internacional Newport.

Recean iniciou carreira de professor na sua *alma mater*, a Academia de Estudos Econômicos de Moldova, onde lecionou entre 1995 e 2007. Trabalhou, entre 2002 e 2010, em diferentes empresas privadas. Também foi professor da filial de Chisinau da Universidade Internacional Newport entre os anos de 2000 e 2010.

Nomeado vice-ministro da Tecnologia da Informação e da Comunicação em janeiro de 2010. Ascendeu à posição de ministro do Interior de Moldova em julho de 2012. Reconduzido ao posto de ministro do Interior em 31 de maio de 2013, desta feita no governo do primeiro-ministro Iurie Leancă.

Após as eleições de novembro de 2014, retirou-se da política e voltou ao setor privado. Em 7 de fevereiro de 2022, entretanto, já na Presidência de Maia Sandu, foi nomeado assessor especial para Segurança e secretário-geral do Conselho Supremo de Segurança. Com a renúncia de Natalia Gavriluța, a presidente Maia Sandu nomeou Recean ao cargo de primeiro-ministro de Moldova em fevereiro de 2023.

Mihail Popșoi
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Mihail Popșoi nasceu em 10 de março de 1987 (37 anos), na cidade de Kotchiha, região de Kirov, na então República Socialista Soviética da Rússia. Formado em Ciências Políticas pela Universidade de Chisinau, concluiu mestrado em Políticas Públicas pela universidade de Nova York e doutorado em Ciência Política pela universidade de Milão. É um dos mais jovens políticos em ascensão em Moldova.

Popșoi é autor de diversos estudos académicos sobre Moldova. Tornou-se vice-presidente e secretário de Assuntos Internacionais do Partido de Ação e Solidariedade em 2017. Eleito deputado nas eleições de fevereiro de 2019, ascendeu ao posto de vice-presidente do Parlamento de Moldova em junho daquele mesmo ano. Nomeado vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros em janeiro de 2024.

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA INTERNA

Moldova figura como um dos países com menor desenvolvimento relativo da Europa. Os desafios domésticos são acentuados pela questão não resolvida da região separatista da Transnístria, que conta com expressiva minoria russa. A política na Moldova, a exemplo de muitas repúblicas ex-soviéticas, é marcada por uma polarização de caráter pendular, com segmentos diferentes defendendo seja uma aliança com a Europa, seja a manutenção de laços fortes com a Rússia.

A política interna na Moldova nos últimos anos foi marcada por alta instabilidade. As eleições parlamentares de 2019 resultaram em um quadro fragmentado, no qual nenhum partido obteve maioria. Os 101 assentos no Parlamento ficaram divididos entre o Partido Socialista (PSRM), com 37 votos, próximo ao ex-presidente Igor Dodon e de tendência pró-russa; o bloco liberal pró-europeu (ACUM), com 25 votos, de orientação reformista e pró-ocidental, liderado por Maia Sandu; e o Partido Democrático (PDM), com 30 votos, associado ao oligarca Vladimir Plahotniuc, figura controversa e que tradicionalmente exercia grande influência sobre as instituições do país.

A falta de maioria parlamentar clara e o contraste entre as diferentes plataformas dos partidos levaram a longo impasse que impediu a formação de um governo estável. Em junho daquele ano, o Partido Socialista e o bloco ACUM anunciaram a formação de uma coalizão, liderada por Maia Sandu, que assumiu o cargo de primeira-ministra. A união, realizada a despeito das posições contraditórias entre os dois blocos, refletiu o interesse comum de retirar o oligarca Plahotniuc de seu papel influente na política do país. Nesse período, foram aprovadas algumas reformas vistas favoravelmente na União Europeia (UE), entre as quais mudanças nos sistemas eleitoral e de combate à corrupção. Esses avanços motivaram a Comissão Europeia a retomar a assistência financeira à Moldova, suspensa em 2018 após críticas de Bruxelas ao estado de direito no país.

Ainda em 2019, a aliança de conveniência entre o PSRM e o ACUM foi desfeita, levando à queda do governo de Maia Sandu. O estopim foram desacordos em torno da designação do novo procurador-geral. Sandu defendia a adoção de procedimentos que contribuíssem para a desoligarquização do país e a redução da influência de Plahotniuc. Em novembro, o Partido Socialista abandonou a nova coalizão e, com apoio tácito do PDM, formou um governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Ion Chicu.

O governo de Ion Chicu foi apresentado ao país como um gabinete tecnocrata, mas terminou sendo, de fato, liderado principalmente pelos socialistas: mais da metade do gabinete era formada por assessores do ex-presidente Dodon. Embora Chicu tenha se comprometido a continuar trabalhando com os parceiros ocidentais que apoiam financeiramente a Moldova (UE, FMI e Banco Mundial), o líder moldovo também buscou apoio financeiro da Rússia, levando observadores a questionarem o efetivo compromisso de Chicu com a reforma das instituições e a suposta reorientação geopolítica do país.

Em novembro de 2020, a Moldova elegeu como presidente Maia Sandu. De perfil cosmopolita e técnico, Sandu graduou-se em gestão na Academia de Estudos Econômicos de Moldova e obteve mestrado em Administração Pública na Harvard Kennedy School, em 2010. Trabalhou como consultora sênior do Banco Mundial em Washington, antes de retornar à Moldova, dois anos depois. No país, serviu como ministra da educação, de 2012 a 2015, e como primeira-ministra por cinco meses em 2019.

Além de ser a primeira presidente mulher do país, Sandu representou o rompimento com a política tradicional de proximidade com a Rússia, que prevaleceu em maior ou menor nível desde a independência de Moldova em 1991. Sinalizou, ainda, a tendência de consolidação da preferência do eleitorado por uma crescente aproximação política e comercial com a Europa.

Meses após a eleição presidencial, seguiu-se a convocação de novo pleito parlamentar, que resultou na vitória, pela primeira vez na história do país, de um partido reformista, de centro-direita e pró-ocidental. A sigla de Maia Sandu, o PAS, venceu as eleições parlamentares, com 52,8% dos votos, contra 27,22% dos votos obtidos pela coligação do Bloco Eleitoral Comunista e Socialista, representado pelo ex-presidente Igor Dodon. A maioria absoluta conquistada pelo PAS

precipitou também a saída da cena política de quatro partidos, entre eles o PDM de Vladimir Plahotniuc.

No plano doméstico, Maia Sandu assumiu compromisso com o combate à corrupção e a modernização das instituições. A resolução dos problemas sociais, outro de seus principais objetivos, seria apoiada pela implementação de estratégias para a superação da crise econômica.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como na política interna, a polarização entre as correntes pró-Occidente e pró-Rússia é tradicionalmente a principal marca da política externa de Moldova. Os dois principais temas têm sido, nesse contexto, a aproximação e eventual integração à União Europeia, e a relação com a Rússia, que inclui o tema da Transnístria. Como em outros países do Leste Europeu, muitos cidadãos moldovos (especialmente os mais velhos e camponeses) sentem-se mais próximos da Rússia; enquanto outros (em especial, os jovens e a classe urbana) querem aproximar-se do Occidente, em particular da UE.

O Partido Socialista e o presidente Igor Dodon, que tomou posse em 2014, procuraram favorecer os laços do país com a Rússia e com a União Econômica Euroasiática, apesar de manter retórica de compromisso com a integração europeia.

A eleição de Maia Sandu em 2020, porém, refletiu consolidação da atual vertente pró-occidente da política externa moldova, e foi saudada com manifestações de apoio dos EUA, da Europa e da Ucrânia. A Ucrânia foi o primeiro país a ser visitado oficialmente pela presidente moldova, em janeiro de 2021, encerrando período de relações difíceis entre Kiev e o presidente Igor Dodon, que em 2016 chegou a declarar que “a Crimeia é a Rússia”. Em seu encontro, Sandu e o presidente Volodymyr Zelensky expressaram apoio recíproco à soberania e à integridade territorial de ambos os países, em referência às regiões da Transnístria, e da Crimeia e do Donbas, respectivamente. Quanto ao processo de integração à UE, os presidentes declararam ser prioridade da agenda dos dois países.

A primeira visita oficial estrangeira recebida pela presidente moldova foi a do vice-chefe de gabinete presidencial do Kremlin, Dmitry Kozak, em 2021. Na ocasião, Maia Sandu, embora tenha manifestado seu descontentamento diante da situação da Transnístria, procurou adotar linha pragmática e avaliar possibilidades de cooperação conjunta no campo econômico e comercial. A presidente defendeu solução negociada para a substituição das forças russas na Transnístria por uma força de paz internacional e a consequente reintegração desse território à Moldova.

A Transnístria, localizada entre o rio Dniester e a Ucrânia, é governada por autoridades apoiadas pela Rússia, sediadas em Tiraspol, a capital regional. O conflito entre a Moldova e a Transnístria está “congelado” desde um acordo de cessar-fogo assinado em julho de 1992, logo após breves combates desencadeados pelo fim da URSS. Nos últimos anos, tem-se registrado avanços na ampliação dos laços econômicos e sociais entre a região separatista e o resto de Moldova. Instituiu-se também Comissão de Controle Conjunto (JCC), que consiste em forças de paz de Rússia, Moldova, Transnístria e Ucrânia, e que gerencia uma zona de segurança de 10-20 km em ambas as margens do Dniester. Além de representantes no JCC, a Rússia mantém aproximadamente 1.500 soldados na região, declaradamente para a proteção de depósitos de munição e de equipamentos da era soviética. Moscou teria interesse em impedir a reintegração da região separatista à Moldova, e em consequência, dificultar a integração de Moldova ao bloco europeu.

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24/2/2022, a política externa moldova é dominada pelos efeitos da guerra. Entre os problemas criados ou agravados, é possível destacar riscos de crise energética, sem alternativa para suprir a dependência quase exclusiva de abastecimento de gás da Rússia; a crise comercial, com as exportações prejudicadas com o bloqueio do porto de Odessa; o agravamento da crise alimentar, associada à interrupção das cadeias de abastecimento; e a crise humanitária, com o acréscimo de 4% no tamanho da população local devido aos refugiados ucranianos. O conflito russo-ucraniano paralisou também as negociações políticas sobre a Transnístria.

A presidente Sandu tem buscado blindar a Moldova dos efeitos negativos do conflito russo-ucraniano sobre a Moldova. No início da invasão russa, Chisinau buscou inicialmente manter-se

discreta na crítica a Moscou, mas não deixou de emitir comunicado condenando a invasão e exaltando o respeito ao direito internacional e à soberania da nação ucraniana. Com a evolução do conflito, porém, a Moldova passou a expressar crescente temor com os efeitos do conflito sobre a Moldova. As tensões aumentaram em abril, após relatos de explosões em prédios administrativos e militares das autoridades separatistas.

Com a eclosão do conflito, Moldova também intensificou esforços de aproximação com o bloco ocidental. Em março, o país oficializou, de modo praticamente simultâneo com a Geórgia e a Ucrânia, o pedido de adesão à UE. No dia 23/6/2022, o Conselho Europeu concedeu à Moldova status de “país candidato”, em consequência da emergência do conflito no país vizinho. A presidente Sandu, anunciou, em 18/03/2024, a realização de referendo no país, em outubro vindouro, sobre o apoio da população à acessão à UE. Em termos concretos, a votação trataria de inscrição na constituição de Moldova de provisão sobre o desejo de aceder à UE. O pano de fundo do anúncio é composto pelas tensões envolvendo as relações entre a Rússia e a província separatista da Transnístria.

Como indicativo de crescente importância geopolítica de Moldova, realizou-se, no país, a II Cúpula da Comunidade Política Europeia (Bulboaca, 31/5-1/6 de 2023), evento que debate políticas e estratégias relevantes ao futuro do continente europeu. Na cúpula em Bulboaca, a UE anunciou a inauguração de missão de parceria no país (EUPM-Moldova), que terá, entre seus objetivos, apoiar a gestão de crises e cenários de ameaças híbridas. O país é membro de várias organizações regionais, como a Organização para Segurança e Cooperação na Europa e a Organização GUAM para Democracia e Desenvolvimento Econômico, juntamente com o Azerbaijão, a Geórgia e a Ucrânia.

ECONOMIA

Apesar de permanecer um dos países menos desenvolvidos de toda a Europa, Moldova tem apresentado altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos. Nos últimos vinte anos, e, mais intensamente, no governo da presidente Maia Sandu, Moldova adotou medidas para o fortalecimento das instituições públicas e a melhoria do ambiente de negócios no país. Diversos índices reconheceram os esforços de fortalecimento institucional: (i) 96^a colocação no Índice de Liberdade Econômica da 'Heritage Foundation' (a Romênia ocupa a 45^a; o Brasil, o 127^o lugar); (ii) 48^o lugar em facilidade para realização de negócios de acordo com o relatório 'Ease of Doing Business' do Banco Mundial (a Romênia encontra-se em 55^o, a Ucrânia, em 64^o, e o Brasil, em 124^o); e (iii) 91^a categoria do Índice de Percepção da Corrupção da ONG Transparência Internacional, atrás da Romênia (63^o) mas à frente do Brasil (94^o) e da Ucrânia (116^o).

Apesar apresentar sinais de desgaste, o modelo de desenvolvimento moldavo, baseado em aumento do consumo e redução da pobreza, e viabilizado por remessas internacionais, foi responsável pelo crescimento vigoroso dos últimos anos. A principal atividade econômica é a agricultura, que ocupa 38% da mão-de-obra e 45% do PIB, refletindo condições favoráveis como a proximidade com o Mar Negro (que confere clima ameno e ensolarado) e abundância da terra preta 'chernozem', de alta fertilidade.

Em 2014, Moldova assinou Acordo de Associação com a União Europeia, que incluiu a implementação de uma Área de Livre Comércio, estendida em 2016 ao território separatista da Transnístria. O arranjo visou conceder à Moldova acesso sem barreiras tarifárias ao mercado da UE, bem como estimular os laços políticos e comerciais do país com o Ocidente e criar contraponto à influência russa no país. Como reação à assinatura do acordo, a Rússia impôs, à época, embargo aos principais produtos da pauta de exportação de Moldova, afetando produtores agrícolas locais. Desde então, o comércio bilateral entre aqueles países passou a observar acentuado declínio. Como já destacado, o país adquiriu estatuto de candidato a integrar a UE em junho de 2022, em contexto de elevada comoção que marcou os meses iniciais do conflito russo-ucraniano na Europa.

A balança comercial de Moldova é estruturalmente deficitária. Em 2022, segundo a Organização Mundial do Comércio, o país exportou 4,3 bilhões de dólares em bens contra 9,2 bilhões de dólares em importações. Números do Instituto Nacional de Estatística apontam que, em

2023, Moldova exportou 4 bilhões de dólares em bens, importando 8,6 bilhões de dólares. Os países da União Europeia teriam absorvido 65,4% das exportações de Moldova, ao passo que foram responsáveis por 48,3% das suas importações.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Brasil e a República de Moldova iniciaram-se em 1993. A agenda política e econômica é incipiente, com intercâmbio bilateral pouco elevado. Moldova, de modo geral, tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

Em visita realizada pelo embaixador do Brasil em Kiev (cumulativo em Moldova) a Chisinau, em fevereiro de 2021, as autoridades locais demonstraram muito interesse em receber missão comercial exploratória do Brasil. No plano político, na mesma ocasião, o embaixador do Brasil sugeriu a institucionalização de reuniões regulares de consultas políticas.

Em novo deslocamento do embaixador brasileiro a Chisinau, em setembro de 2022, foi assinado Memorando de Entendimentos sobre consultas políticas. Tendo em conta mudanças de governo tanto no Brasil quanto em Moldova, não foi ainda possível o agendamento da primeira reunião do mecanismo bilateral.

O comércio bilateral apresenta significativas variações anuais. As exportações do Brasil atingiram pico de US\$ 56,5 milhões em 2014, mas reduziram-se a apenas USD 3,3 milhões em 2015. Os principais produtos de exportação brasileiros são carnes (90%), máquinas e equipamentos (5%), e tabaco (2%). Em 2010, o país efetuou compra de uma aeronave E 190 LR diretamente da Embraer. Somado a aeronaves compradas de outras companhias aéreas (ou em sistema de “leasing”, a Air Moldova dispõe hoje de três aviões desse tipo em sua frota.

As importações do Brasil de Moldova tiveram seu pico em 2010, quando atingiram US\$ 41,3 milhões. O intercâmbio somou, em 2023, apenas USD 5,8 milhões, com retração de 26,6% em relação ao ano anterior. O Brasil acumulou superávit de USD 200 mil. As exportações totalizaram USD 3 milhões e concentraram-se tabaco (30%), amendoins (25%) e máquinas não elétricas (21%). As importações ficaram por conta, sobretudo, de artigos de plástico (60%), equipamento para distribuição de energia elétrica (11%) e bebidas alcoólicas (5%).

De acordo com dados do Ministério do Interior de Moldova, cerca de 20 brasileiros residem naquele país legalmente. Não há registro de demandas de serviços consulares junto ao setor consular da embaixada em Kiev por nacionais residente naquele país. Pela facilidade logística e

proximidade, é possível que eventuais demandas estejam sendo encaminhadas à Embaixada do Brasil em Bucareste.

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas (11/8)
2012	Realização do I Festival de Cinema Brasileiro na Moldova (7-12/11)
2013	Assinatura do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaporte Comum
2022	Encerramento dos trâmites internos para entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração
2022	Encerramento dos trâmites internos para entrada em vigor do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração

Cronologia histórica

1359	Estabelecimento do Principado da Moldávia, nas regiões atuais de Romênia, Moldova e Ucrânia
1538	Moldova submetida à suserania do Império Otomano
1774	Moldova torna-se protetorado do Império Russo
1812	Tratado de Bucareste: Rússia anexa metade do território moldavo, sob o nome Bessarábia
1859	Moldova e Valáquia formam os Principados Romenos Unidos

1878	Independência da Romênia
1905	Início do movimento nacionalista romeno na Bessarábia
1917	Conselho Nacional proclama a República Democrática Moldava na Bessarábia, como parte da República da Rússia
1918	Tropas romenas invadem a Bessarábia; Conselho Nacional declara independência da República Democrática Moldava; aprovada a união entre a Moldava e a Romênia
1919	Proclamada em Tiraspol, com apoio russo, Governo Provisório no Exílio dos Trabalhadores e Camponeses da República Socialista Soviética da Bessarábia
1924	Antes parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, a Transnístria é declarada por Moscou República Socialista Soviética Autônoma Moldava
1940	Stalin emite ultimato ao Rei Karol II, da Romênia, para cessão da Bessarábia à URSS; invasão soviética; criação da República Socialista Soviética Moldava
1941	Romênia recaptura a Bessarábia
1947	Tratado de Paris: Bessarábia volta ao controle soviético
1989	Formação da Frente Popular; moldavo volta a ser o idioma nacional
1990	O país abandona a denominação Moldávia e passa a se chamar Moldova; formada a República Socialista Soviética Autônoma da Gagaúzia e a República Socialista Soviética Moldava de Pridnestróvia
1991	Declaração da independência
1991-2	Guerra da Transnístria
1992	Admissão às Nações Unidas
2009	Oficialização do romeno como idioma de Moldova
2010	Aliança para a Integração Europeia assume o governo
2014	Assinatura do Acordo de Associação e Livre Comércio com a União Europeia
2022	Guerra Russo-Ucraniana
2022	Apresentação da candidatura à UE (março) e concessão do estatuto de candidata (junho)
2023	Decisão do Conselho Europeu de abrir negociações para a acessão de Moldova à UE (dezembro)

Atos bilaterais

 Ministério das Relações Exteriores Divisão de Atos Internacionais Relação de Acordos												
Título do Acordo	Outra Parte	Dt. Celebração	Status	Dt. Exp. Mot. Parlamentar	Dt. Envio Congresso	Dt. Dec. Legislativo	Dt. Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia da República da Moldova.	Moldova	19/09/2022	Em Vigor							01/12/2022		
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	Moldova	09/12/2013	Em Vigor	20/07/2016	16/02/2018	30/11/2021	13/12/2021	26/03/2014	11/03/2022	11/07/2022		
Acordo, por troca de Notas, para Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Moldova	23/02/2006	Em Vigor				26/04/2006	31/05/2006		03/09/2008		